



CLIPPING



1º de Abril
2022

**> SÃO JOÃO DE PIRABAS
JUSTIÇA**

Depois de reportagem publicada em O LIBERAL, a Justiça aumentou a pressão sobre a prefeita de São João de Pirabas, Kamily Araújo. Em despacho assinado no último dia 29, a juíza Aline Landim Barbosa de Melo determinou que o município pague, em folha suplementar, os adicionais por titulação devidos aos servidores da educação. Os cortes das gratificações contrariam o plano de cargos, carreiras e remuneração da categoria. A decisão judicial foi tomada em ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará.

ATRASOS

Segundo as denúncias publicadas há dez dias em O LIBERAL, a prefeitura vem atrasando os salários desde janeiro, quando assumiu o mandato. O secretário municipal de Gestão de São João de Pirabas é o ex-prefeito de Salinópolis Paulo Henrique Gomes (PSDB), marido da prefeita. Recentemente, ele ganhou fama em todo o Estado ao se envolver em uma briga na Câmara Municipal de Salinópolis. Gomes agrediu fisicamente o presidente da Casa, Eron Carvalho (Republicanos).

BBF

Denúncias sobre ações de empresa serão discutidas

REUNIÃO - Fórum da Comarca de Tomé-Açu deve receber representantes de comunidades quilombolas e indígenas



THIAGO CORREIA/ARQUIVO / O LIBERAL

DILSON PIMENTEL
DA REDAÇÃO

Hoje, às 9h, no Fórum da Comarca de Tomé-Açu, será realizado encontro para tratar das denúncias e ocupações nas áreas de produção da Brasil BioFuels (BBF), nos municípios de Tomé-Açu, Concórdia do Pará, Acará e Moju. São esperados representantes do Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Pará, Fundação Nacional do Índio e comunidades quilombolas e indígenas. A reunião foi convocada pelo ouvidor agrário desembargador Mairton Marques Carneiro, do Tribunal de Justiça do Pará, que preside a Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem.

Na quarta-feira (30) o Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Promotoria de Justiça do Acará e da Promotoria de Justiça Agrária, fez uma reunião para tratar do acirramento dos conflitos que estão ocorrendo entre as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, e as empresas produtoras de azei-



DIVULGAÇÃO

Na quarta-feira houve reunião para tratar do acirramento dos conflitos

te de dendê, por conta do uso e da propriedade da terra na região do Acará.

A Promotoria de Justiça do Acará informou que investiga tentativa de criminalização de lideranças comunitárias e indígenas, bem como crimes ambientais e a tentativa de utilização das forças policiais como vigilantes patrimoniais na região. A reunião foi realizada especificamente para tratar do conflito que tem ocorrido entre as comunidades tradicionais e a empresa BBF. As promotorias de Justiça tomaram conhecimen-

to de que a BBF, por meio de empresas de segurança privada, tem entrado em conflito com as populações locais. A empresa alega que muitas pessoas da região têm praticado crimes ambientais e crimes de furto de dendê.

As promotorias chegaram à conclusão de que o conflito ultrapassa a questão fundiária, pois a questão da terra chega na área ambiental e criminal. Por isso a atuação conjunta da Promotoria Agrária e Promotoria de Justiça do Acará. Na reunião, ainda segundo o Ministério Público Federal,

foi possível observar demandas antigas dessas populações tradicionais, que requerem seus direitos, assim como foi condenada a situação de violação de direitos humanos, em relação às atitudes recentes da empresa, que têm dificultado o direito de passagem, de ir e vir, dessas comunidades. Os depoimentos e informações colhidas constarão no procedimento administrativo elaborado pela Promotoria de Justiça do Acará. Apesar de comunicada, a empresa BBF não enviou representantes para o encontro.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

posse de novos ministros do governo

PRONUNCIAMENTO

Bolsonaro sobe de novo o tom contra
MINISTROS DO STF**REAÇÃO** - Presidente criticou decisões tomadas pela Corte contra o deputado Daniel Silveira e previu mudanças na pressão de europeus sobre a Amazônia por causa da insegurança alimentar no mundo**ABÍLIO DANTAS**
DA REDAÇÃO

Em cerimônia de posse de novos ministros, realizada ontem de manhã, o presidente Jair Bolsonaro (PL) fez referência ao Judiciário brasileiro ao falar que alguns poucos atrapalham o Brasil de se tornar "uma grande nação". Disse ainda que "os inimigos" habitam a "região dos Três Poderes" e que "não é possível aceitar passivamente o que vem acontecendo no país".

"O que falta é que alguns poucos não nos atrapalhem. Se não tem ideias, cala a boca, bota a tua toga e fica aí, sem encher o saco dos outros. Como atrapalham o Brasil!", afirmou, em pronunciamento proferido após a assinatura oficial das posses.

Sem citar o nome, Bolsonaro criticou indiretamente o ministro do Supremo Alexandre de Moraes, que é responsável pelas investigações de ataques feitos ao Tribunal e dos chamados atos antidemocráticos. "Um ministro que não tem o que fazer, deve ser um desocupado, fica o tempo todo me processando. Alguém que não fez nada de útil para a sociedade, de repente, processa todo dia o presidente e o deputado



Europa quer acabar agora com o que eles chamam de terras para descanso. Eles sabem que

sabem que a guerra da insegurança alimentar está aí..."

JAIR BOLSONARO
Presidente

VEJA MAIS

Use a câmera do seu celular para acessar o conteúdo multimídia.



(Ciência e Tecnologia), José Carlos Oliveira (Traba-

ser contra a ação movida pela legenda no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pedia a proibição de manifestações político-eleitorais durante o festival musical Lollapalooza, que ocorreu em São Paulo, entre os dias 25 e 27 de março.

"O PL, meu partido, entrou com uma ação no TSE, sobre o show de uma Lollapalooza da vida, que falou palavrões ao meu respeito. Quando fiquei sabendo, liguei para o presidente, dei a minha opinião e ele concordou

comigo. Retiramos a ação. Ou se tem liberdade de expressão ou não se tem" discursou.

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Raul Araújo, em decisão assinada na última segunda-feira (28), homologou o pedido de desistência da ação que havia sido apresentado pelo PL. Com isso, o magistrado também revogou a liminar (decisão provisória) que havia concedido no domingo (27) para vedar a manifestação política de artistas no festival, sob pena de multa de R\$ 50 mil à organização do evento a cada episódio de descumprimento.

Com isso, o magistrado também revogou a liminar (decisão provisória) que havia concedido no domingo (27) para ve-

cisão anterior foi tomada com base na compreensão de que a organização do evento promovia propaganda política ostensiva estimulando os artistas — e não os artistas, individualmente, os quais têm garantida, pela Constituição Federal, a ampla liberdade de expressão", escreveu o ministro.

A decisão monocrática do ministro foi tomada após o PL ter acionado o TSE em razão de manifestações das artistas Pablo Vittar e Marina Sena, nos shows de sexta-feira (25).

AMAZÔNIA

De acordo com a pauta ambiental, Bolsonaro falou que a pressão de países europeus sobre a administração do meio ambiente do Executivo federal deverá diminuir nos próximos meses em razão da preocupação com a insegurança alimentar no mundo. "A Europa quer acabar agora com o que eles chamam de terras para descanso. Eles sabem que a guerra da insegurança alimentar está aí. Não é apenas pela energia. E nós temos tudo para ser um exemplo para o mundo", defendeu.

Bolsonaro recordou ainda quando revogou o decreto que proibia o plantio de cana de açúcar no Estado do Amazonas,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

DITADURA

MPF vai à Justiça contra nota da Defesa

SÃO PAULO
AGÊNCIA ESTADO

O Ministério Público Federal acionou a Justiça Federal para obrigar o Ministério da Defesa a excluir nota publicada no site oficial da pasta em comemoração aos 58 anos do golpe que inaugurou a ditadura militar no Brasil.

Em manifestação divulgada ontem, o agora ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto disse que o golpe militar foi um “marco histórico da evolução política brasileira”. A manifestação também diz que as Forças Ar-

mas agiram para “restabelecer a ordem e para impedir que um regime totalitário fosse implantado no Brasil”.

O MPF pediu a remoção imediata da nota e reiterou uma representação, enviada em fevereiro, para proibir a União de fazer novas publicações semelhantes. “É patente a reiteração do ato ilícito, demonstrando verdadeiro menoscabo por parte do governo federal e seus agentes em relação à Constituição da República, às leis, bem como ao estado democrático de direito”, diz um trecho da representação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

DECISÃO DO STF



Familiares de ex-políticos do Pará perdem pensões

PRIVILÉGIOS - Relator, ministro Alexandre de Moraes, que foi seguido à unanimidade, disse que leis das pensões vitalícias violavam os princípios da isonomia, da razoabilidade, da moralidade e da impessoalidade

NELSON PIROGOTTI



Relator Alexandre de Moraes votou pelo fim do "tratamento privilegiado" e foi acompanhado por todos os demais ministros que participaram do plenário virtual

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes votou pelo fim do "tratamento privilegiado" que decretos e leis do Pará concediam em forma de pensões especiais e vitalícias a familiares de ex-prefeitos, ex-deputados (federais e estaduais), ex-vereadores e ex-sindicalistas. Relator do caso, Moraes já havia derrubado monocraticamente esses benefícios em 2021. Em plenário virtual, os demais ministros apoiaram o voto unanimemente, por entenderem que as leis violavam os princípios da isonomia, da razoabilidade, da moralidade e da impessoalidade. As informações são da Agência

Estado.

A decisão confirmou medida cautelar proferida por Alexandre de Moraes em novembro de 2021 - despacho que suspendeu a eficácia dos dispositivos questionados - e acolheu um pedido do governo do Estado, com pareceres favoráveis da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da União. A Assembleia Legislativa do Estado defendeu a manutenção das 14 normas impugnadas pelo Supremo, alegando "direito adquirido dos beneficiários".

O caso foi analisado no Plenário virtual da corte, ferramenta que permite que os magistrados depositem seus

Moraes já havia derrubado monocraticamente esses benefícios em 2021

votos à distância, fora dos holofotes da TV Justiça. O julgamento teve início no dia 18 e foi encerrado na sexta-feira, 25. O resultado foi proclamado na última segunda-feira, 28.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

STF suspende pensão a familiares de ex-políticos no Estado

A decisão dos ministros foi unânime, a partir de ação do governador Helder Barbalho, que argumentou a inconstitucionalidade do pagamento e os prejuízos aos cofres do Estado na concessão de benefícios no Pará

JUSTIÇA

Luiza Mello

São ilegais as leis estaduais que concedem pensões a parentes de políticos. Por unanimidade, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 912, proposta pelo governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), questionando leis estaduais que violaram os critérios gerais de concessão de pensões para beneficiar pessoas que deveriam se submeter ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para conceder pensões especiais a familiares e a ex-políticos no Estado, entre eles ex-deputados federais, estaduais e vereadores, ex-sindicalistas, entre outros. Entre outros argumentos, o Governo do Pará alegou que a referida legislação deixou de atender à exigência de indicação da fonte de custeio

para a criação, majoração e extensão de benefícios. O Governo do Pará evocou diversas decisões sobre o mesmo tema. Entre elas está a de 2018, em que declarou a inconstitucionalidade de normas que previam a concessão de subsídio mensal vitalício para ex-governador do Estado do Maranhão.

Na ação, o governador do Pará sustenta que os fundamentos para o pagamento dos benefícios são diversos, mas a maioria está ligada à honraria e à importância dos serviços prestados por pessoas já falecidas. Segundo ele, os atos questionados conferem tratamento privilegiado a familiares de pessoas que não mais exercem função pública ou prestam serviço público, em ofensa aos princípios da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade. Helder Barbalho argumenta que, encerrado o mandato, os ex-políticos retornam à situação jurídica anterior e que as normas questionadas fogem dos critérios do

DEVOLUÇÃO

SEM OBRIGAÇÃO

Apesar da decisão por unanimidade, as pessoas que foram beneficiadas como pagamento dessas pensões consideradas indevidas pela unanimidade do STF não serão obrigadas a devolver os valores recebidos.

Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ao qual estão vinculados.

O parecer do Ministério Público Federal, indicou a inconstitucionalidade de quaisquer normas estaduais que instituíam pensões ou benefícios vitalícios à viúva ou parentes de ex-ocupantes de mandato eletivo, por violação dos princípios constitucionais da igualdade, da impessoalidade, da moralidade e republicano.

No voto, o relator do processo, ministro Alexandre de Moraes, enfatizou que a concessão das benesses produz impac-



Segundo o supremo, previsão dos benefícios configura tratamento privilegiado
FOTO: NELSON RI / ASCOM STF

to negativo no erário, em desacordo com as regras que orientam o modelo constitucional de previdência social. "O perigo de dano, de outro lado, refere-se ao fato de o Erário Estadual continuar tendo de custear pensões especiais que, conforme já reconhecido em

inúmeros precedentes da Corte, são incompatíveis com a Constituição Federal, causando aos cofres do Estado do Pará um prejuízo financeiro de difícil reversão, considerada a natureza da verba e a boa-fé dos beneficiários dos pagamentos em questão", diz a decisão de Moraes.

Segundo ele, a previsão dos benefícios fixados na lei paraense configura tratamento privilegiado, em dissonância com o modelo constitucional político-previdenciário, em contrariedade aos princípios republicano, da isonomia, da razoabilidade, da moralidade e da impessoalidade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Bolsonaro defende ditadura e diz para ministros do STF calarem a boca

O presidente Jair Bolsonaro voltou a atacar ministros do Supremo Tribunal Federal, mandando calarem a boca. Bolsonaro defendeu a ditadura militar e o deputado federal Daniel Silveira

ELEIÇÕES 2022

Marianna Holanda e Mateus Vargas

FOLHAPRESS

Em tom eleitoral em cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro (PL) mais uma vez atacou nesta quinta-feira (31) ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). Sem citá-los nominalmente, mandou calarem a boca e botarem a toga.

Bolsonaro defendeu ainda a ditadura militar, que fez nesta quinta-feira 58 anos, e o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), que estava na plateia.

"E nós aqui temos tudo para sermos uma grande nação. Temos tudo, o que falta? Que alguns poucos não nos atrapalhem. Se não tem ideias, cala a boca. Bota a tua toga e fica aí. Não vem encher o saco dos outros", disse, em referência a ministros do STF, que usam toga.

Um dia antes, Bolsonaro já havia feito ameaças ao Judiciário. No Rio Grande do Norte, disse que os votos das eleições serão contados, sem explicar como, já que o voto impresso foi derrubado pelo Congresso em meio a discursos golpistas do presidente da República.

"O povo armado jamais será escravizado. E podem ter certeza que, por ocasião das eleições de 2022, os votos serão contados no litrãil. Não serão dois ou três que decidirão como serão contados esses votos", disse, em re-

ferência a Luis Roberto Barroso, ex-presidente do TSE; Edson Fachin, o atual; e Alexandre de Moraes, que será presidente nas eleições.

Nesta quinta-feira, em outro trecho do discurso, Bolsonaro falou de "inimigos que habitam a região [da praça] dos Três Poderes", sem citar diretamente ninguém. Desde o início do mandato, o presidente tem atacado sistematicamente o Judiciário, em especial o Supremo.

Sem citar nominalmente a ministra Rosa Weber, do Supremo, que decidiu não arquivar a investigação da compra da Covaxin, criticou-a.

"A PF diz que não tenho nada a ver com a vacina que não foi comprada, mas uma

ministra [diz] 'não, não vou arquivar'. Isso é passível de detenção do presidente. O que essas pessoas querem? O que têm na cabeça?". O chefe do Executivo mencionou, duas vezes, o seu aliado Daniel Silveira. O ministro Alexandre de Moraes determinou que ele coloque a tomozeleira às 15h desta quinta.

"Não pode conselheiros o tempo todo [dizerem], 'calma, espera o momento oportuno'. Calma é o cacete, pô", disse o presidente exaltado.

"É muito fácil falar 'Daniel Silveira, cuida da tua vida. Não vou falar isso. Fui deputado por 28 anos. E lá dentro daquela Casa, com todos os possíveis defeitos, ali é a essência da democracia também", afirmou.

No outro momento em que falou do parlamentar, foi no começo do discurso, em meio a uma defen-



Bolsonaro voltou a atacar ministros do STF e defendeu a ditadura

FOTO: ALAN SANTOS-PI

sa da ditadura militar. Em 2018, ele ganhou eleição ao defender repetidas vezes o golpe e exaltando seus presidentes. Recentemente, voltou à temática.

"[Na ditadura] todos aqui tinham direito, deputado Daniel Silveira, de ir e vir, e sair do Brasil, trabalhar, constituir família, de estudar", afirmou. O regime enaltecido por Bolsonaro teve uma estrutura dedicada a tortura, mortes e desaparecimento.

Os números da repressão são pouco precisos, uma vez que a ditadura nunca reconheceu esses episódios. Auditorias da Justiça Militar receberam 6.016 denúncias de tortura. Estimativas feitas depois apontam para 20 mil casos.

Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) afirmou também nesta quinta-feira (31) que a defesa da democracia "não permite retrocessos" e criticou "flertes, mesmo que velados" com posições autoritárias.

"A defesa da democracia não permite retrocessos", escreveu Pacheco em rede social.

O norte de uma Nação deve ser sempre o da estrita obediência à sua Constituição, forjada no anseio da formação de um país livre, cujo teor rechaça flertes, mesmo que velados, com posições autoritárias e que ferem as liberdades", completou.

A tônica do discurso do presidente Bolsonaro se-

ganu a narrativa eleitoral que adotou em 2018. Ele defendeu também a pauta dita conservadora, como o armamento da população, crítico políticas de gênero, e voltou a atacar a vacinação.

"Eu tenho de estar no meio do povo, inclusive, Queiroga, sem máscara. O problema é meu, a vida é minha. 'Ah, não tomou vacina'. Tem gente que quer que eu morra e fica enchendo o saco para eu tomar vacina. Deixa eu morrer", afirmou, exaltado.

O mandatário não se vacinou e vem sendo pressionado por aliados para parar de atacar os imunizantes, como estratégia eleitoral. Pesquisas identificaram que suas declarações sobre o tema podem tirar-lhe votos.

Apesar de sua postura, cerca de 70% da população brasileira já completou o esquema vacinal.

Presidente lamenta saída do ministro da Educação

Marianna Holanda e Mateus Vargas

FOLHAPRESS

O presidente lembrou ainda que indicou um ministro evangélico para o STF, André Mendonça, e criticou o PT, parafraseando uma polêmica frase sobre gênero de

Damares Alves

"Eles queriam outra diversidade. Quem nasce menina pode botar, menino, rosa. Qual pai, qual mãe quer isso para o seu filho?", afirmou.

Bolsonaro lamentou ainda a saída do ministro Milton Ribeiro da Educação, que se demitiu na segunda-feira (28), após escândalos envolvendo áudio do ministro e balcão de negócios com pastores.

"Infelizmente, Milton nos deixou temporariamente", afirmou. O mandatário já havia dito antes que botaria a cara no fogo pelo ministro, o que gerou memes na internet.

A primeira-dama disse nesta semana também que Deus iria provar que o ministro e pastor é pessoa justa e honesta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br